

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ “CRISE E NOVOS RUMOS DA DEMOCRACIA”

Andréa Depieri de Albuquerque Reginato¹

Marco Aurélio Dias de Souza²

Paulo Renato Vitória³

 10.21665/2318-3888.v8n16p04-08

O dossiê “crise e novos rumos da democracia” nasceu da nossa preocupação e emergência em compreender um pouco melhor os processos de desconsolidação da forma democrática liberal visivelmente acentuados em todo o mundo nos últimos anos, em sua íntima relação com a crise do modelo ocidental de Estado de direito. Foi instigado pelos muitos debates que realizamos no âmbito do Observatório da Democracia da Universidade Federal de Sergipe durante todo o ano de 2020.

A partir dessa constatação, alguns fatores têm sido apontados como cruciais nesse processo de crise, a exemplo: (i) da crise na representação política, caracterizada pela sub-representação ou pelas desigualdades de acesso à vida pública; (ii) da estrutura política que impossibilita, desestimula e, em inúmeros momentos, coíbe a participação; (iii) das disputas no interior dos modelos federalistas, que colocam governos estaduais em antagonismo com as administrações federais; (iv) das tentativas frustradas de pacificar um modelo econômico que é a cada dia mais excludente e concentrador; (v) do crescimento de movimentos autoritários, responsáveis por constantes reconstruções da ideia de democracia a partir de uma lógica colonizadora que a reinterpreta como uma simples luta pela construção de maiorias; (vi) da ascensão política de novos

¹ Doutora em Sociologia. Professora na Universidade Federal de Sergipe. E-mail: adepieri2@gmail.com.

² Doutor em Sociologia. Professor na Universidade Federal de Sergipe. E-mail: dias_dias_@hotmail.com.

³ Doutor em Desarrollo y Ciudadanía: Derechos Humanos, Igualdad, Educación e Intervención Social. Estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Tiradentes - UNIT/SE E-mail: prvitoria@gmail.com.

fundamentalismos religiosos; (vii) da modificação da ideia de espaço público com a introdução, senão a predominância, do debate e da disputa política sendo travados de forma obscura pelas redes sociais; (vii) das insuficiências do modelo de democracia liberal, desenhado pela modernidade/colonialidade eurocentrada.

A despeito das muitas camadas dessa crise, não é possível pensar a seu respeito sem uma profunda reflexão sobre a própria ideia de democracia. É essa a discussão que pretendemos provocar a partir dos artigos deste volume. Ainda que o foco principal do dossiê seja a crise da democracia brasileira, sobretudo por estarmos imersos nesta realidade, entendemos que as reflexões aqui reunidas podem servir para uma percepção mais ampla de um processo que não se restringe apenas à nossa realidade.

Nesse sentido, para além das questões locais, a crise da democracia no Brasil nos remete à dificuldade de encontrar saídas para problemas comuns às democracias contemporâneas, que incidem tanto nas autodenominadas democracias avançadas quanto nas experiências mais recentes e nas conturbadas experiências do Sul global. Com o intuito de avançar no campo, as pesquisadoras e pesquisadores desta coletânea realizaram diagnósticos sobre a democracia a partir dos mais variados pontos focais, sempre atentos à especificidade da democracia no Brasil, mas, também, pensando em correlações e mantendo os olhos abertos de que essa crise é sistêmica e global.

Dentro dessa proposta, iniciamos este dossiê com o texto de Paloma Silva Santos e Andréa Depieri de Albuquerque Reginato, **Transição incompleta, enclaves autoritários: os dilemas da “Constituição Cidadã e o caso das Forças Armadas”**, que, em um estudo de caso acerca das Forças Armadas e das relações civis-militares no Brasil, aponta para a hipótese de que o déficit de democracia brasileiro aparece associado ao nosso processo de transição incompleto, “lento, gradual e seguro”, sem que houvesse uma efetiva justiça de transição. Segundo a tese defendida pelas autoras, as heranças da ditadura civil-militar permaneceram diluídas na plural – e muitas vezes contraditória – Constituição Cidadã de 1988.

Em sequência, o artigo intitulado **Constituição Federal do Brasil e a promessa democrática interrompida**, escrito por Martonio Mont’Alverne Barreto Lima e Newton

de Menezes Albuquerque, aborda algumas questões que podem ser compreendidas também como consequência dessa transição incompleta. O texto destaca especialmente a interrupção da promessa democrática de 1988, com foco na responsabilidade do STF ao desgastar o tecido constitucional dirigente e intervencionista. O texto chama atenção para as omissões do STF no processo de impeachment que resultou no golpe de 2016.

Ao permitir, por meio de suas ações e omissões, a ascensão de setores nostálgicos da ditadura e resistentes aos ideais democráticos presentes na Constituição de 1988, o STF se vê hoje diante do crescimento da extrema direita e do recrudescimento de ameaças desses setores antidemocráticos, que, inclusive, se voltam contra si próprios. Os autores apontam, oportunamente, para o esvaziamento e a despolitização da democracia liberal, que é reduzida ao seu aspecto formal, o que proporciona um crescente protagonismo judicial no Brasil, “sob alegativa da “moralização” das instituições, do combate à corrupção, [o judiciário] vem, na verdade, reforçando a dimensão tecnocrática do poder, da gestão “competente” das elites técnicas em detrimento da participação popular”.

O golpe, que teve o caminho pavimentado pelo STF, proporcionou as condições para a eleição de Jair Bolsonaro – que provém e representa um setor social não só defensor da ditadura brasileira, como avesso ao conteúdo democrático marcadamente presente na Constituição de 1988. Nesse sentido, o texto de Ariel Finguerut e Priscila Elisabete da Silva, intitulado **Crise democrática e racismo no Brasil: evidências a partir da eleição de Jair Bolsonaro**, relaciona o texto de 1988 à questão do racismo, remanescente de outras transições incompletas que marcam a história do Brasil: a exemplo da transição do regime escravocrata para um regime abolicionista de direito, mas não de fato; ou da transição do Brasil colônia ao Império (in)dependente, ocupando a mesma posição no sistema-mundial capitalista

Os autores recorrem ao conceito de colonialidade do poder, do sociólogo peruano Aníbal Quijano, para identificar a presença das múltiplas hierarquizações coloniais na sociedade brasileira, constituindo um imaginário racista, misógino e discriminatório que sempre esteve presente, mas ganhou uma enorme visibilidade a partir da campanha

eleitoral de Jair Bolsonaro e permanece explícito nos discursos do atual Presidente da República. Os autores demonstram, com abundantes exemplos, a presença desses marcadores nas suas falas e nas atitudes.

Em seguida, o texto de Marco Aurélio Dias de Souza, **Brasil acima de tudo, Deus acima da vida: Bolsonarismo, alianças eleitorais e o debate sobre a essencialidade das atividades religiosas em tempos de pandemia**, dialoga com o anterior, mas a partir de um outro aspecto fundamental do bolsonarismo, que é a ascensão política de setores fundamentalistas neopentecostais. No artigo, a preocupação está em entender como interesses econômicos e políticos articulam a fé como ferramenta para conseguir adesão e manter o apoio ao atual governo. Para isso, ele debate a tentativa de se colocar as atividades religiosas como essenciais, mesmo com o número crescente de mortos trazidos pela COVID-19, e a consequente realização de eventos em apoio ao governo como retribuição a essa ação.

Para encerrar as análises sobre o Brasil, temos ainda o texto **A democracia brasileira e o federalismo: a atuação do Supremo Tribunal Federal na decisão sobre o Covid-19**. Nesse artigo de Lucilélia Aparecida Colombo e Soraya Gasparetto Lunardi a questão do federalismo é retomada em face da problemática concreta da competência dos entes públicos para a condução das políticas necessárias ao enfrentamento local da pandemia. De maneira indireta, o texto também se refere ao bolsonarismo, tendo em vista que a judicialização da questão decorreu sobretudo da postura do governo federal. O artigo ressalta que a ideia do federalismo não se opõe à unidade do Estado e conclui que “não é plausível um Estado Federal em que não haja um mínimo de colaboração entre os diversos níveis de governo.”

Por fim, temos o texto, **Por quê, aos olhos do Ocidente, Cuba vive sob uma ‘ditadura que não respeita os direitos humanos’?**, de Paulo Renato Vitória. Muito embora seja o único artigo que não trata da realidade brasileira, o artigo apresenta importantes questionamentos acerca dos limites da democracia liberal burguesa – horizonte da constituição de 1988 – e demarca a necessidade de entendermos os motivos pelos quais, em meio a uma crise sem precedentes no modelo democrático liberal, outras

possibilidades de organizações democráticas são rapidamente tachadas de antidemocráticas ou vistas como um risco para a ideia de democracia.

Através da leitura crítica e decolonial dos conceitos de democracia e direitos humanos, contrastando a realidade de Cuba com a de alguns países capitalistas desde os quais proferem tais acusações, o texto afirma que a razão pela qual a ilha caribenha é caracterizada como “uma ditadura que não respeita os direitos humanos” não passa pela questão da efetiva proteção da dignidade humana, nem pela soberania política do povo cubano. Pelo contrário, o texto indica que é precisamente o não reconhecimento, por parte da Revolução Cubana, da universalidade da racionalidade mercantil e egoísta que o Ocidente impôs a todo o planeta por meio da colonização do mundo – que, ademais, representa uma ameaça real às possibilidades de sobrevivência de toda a espécie humana sobre a Terra, a razão da estigmatização dos sistemas político e social cubanos pelo Ocidente capitalista.

Longe de encerrar o debate, os textos que compõem o presente dossiê, a partir do estudo de questões pontuais, se somam a outros tantos esforços no sentido de decodificação das crises do Estado e das democracias contemporâneas, evidenciando sobretudo mecanismos que corroboram com o déficit de democracia. Esperamos contribuir com o debate, provocar novas reflexões e desejamos a todas e a todos uma boa leitura!